

## **O não acesso da população “T” à escola e aos cursos de graduação e pós graduação, e a interseccionalidade da questão de gênero na política de permanência estudantil e construção curricular**

### **The non-access of the "T" population to school and undergraduate and postgraduate courses, and the intersectionality of the gender issue in student permanence policy and curriculum construction**

DOI:10.34117/bjdv7n6-329

Recebimento dos originais: 16/05/2021

Aceitação para publicação: 16/06/2021

**Jackeline Lourenço Aristides**

Doutoranda em Ciências da Educação (UNLP), Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana (PR)

E-mail: jackeline.aristides@outlook.com

#### **RESUMO**

Historicamente à População T (Trans, Travestis e Transgêneros) é negado o direito à educação, o que propicia a ocupação marginal dos postos de trabalho, ou mesma a situação de exploração sexual. Trata-se de um estudo de análise documental de documentos oficiais e de autores da área. No presente trabalho os objetivos são o de refletir acerca dos obstáculos no acesso à graduação e pós-graduação, utilizando-se de referenciais teóricos da área, bem como o de resgatar o histórico de documentos oficiais das políticas públicas ou de outros recursos comunitários que incentivam a inserção desse público nas universidades, a intersecção da temática de gênero nos currículos dos cursos e a Política de Permanência Estudantil. Como resultados encontramos que com o levantamento realizado pode-se perceber que a discussão da temática nos currículos das escolas é mais problematizada por documentos do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, porém, com um cunho mais voltado à saúde reprodutiva e não ao acolhimento à diversidade sexual. Quanto à obrigatoriedade dessa temática nas graduações ou pós-graduações pode-se apreender que essa não existe, a exceção dos cursos de licenciatura em que há essa obrigação, assim, essa inserção ou não nas disciplinas fica a cargo das iniciativas das próprias universidades e faculdades. Pode-se compreender que há a necessidade de ampliação desse debate nas escolas e comunidade universitária, e a implementação de mecanismos de acompanhamento da inserção dessa temática nesses espaços. A inclusão de um tema tão relevante entre os futuros profissionais não pode ficar a cargo de iniciativas isoladas. O Nome Social é parte da garantia ao acesso à educação e permanência, porém, não se finaliza em si mesmo. Dessa forma, a Política de Permanência Estudantil para a População “T” deve ser uma prerrogativa na luta de toda a comunidade universitária e da sociedade de maneira geral.

**Palavras-Chave:** População T, Educação, Permanência Estudantil, Currículo.

#### **ABSTRACT**

Historically, the T Population (Trans, Transvestites and Transgenders) has been denied the right to education, which leads to the marginal occupation of jobs, or even to a situation of sexual exploitation. This is a documental analysis study of official documents and authors of the area. In the present work, the objectives are to reflect about the

obstacles in the access to undergraduate and graduate studies, using theoretical references from the area, as well as to rescue the history of official documents from public policies or other community resources that encourage the insertion of this public in universities, the intersection of the gender theme in the curricula of courses and the Permanence Policy for Students. As results we found that with the survey carried out it can be noticed that the discussion of the theme in school curricula is more problematized by documents from the Ministry of Health and the Ministry of Education, however, with a focus more on reproductive health and not on the acceptance of sexual diversity. As for the compulsory nature of this theme in undergraduate or graduate courses, one can see that it does not exist, with the exception of undergraduate courses in which there is this obligation, so this insertion or not of this theme in the subjects is up to the initiatives of the universities and colleges themselves. One can understand that there is a need to expand this debate in schools and in the university community, and to implement mechanisms to monitor the insertion of this theme in these spaces. The inclusion of such a relevant theme among future professionals cannot be left to isolated initiatives. The Social Name is part of the guarantee of access to education and permanence, but it does not end in itself. Thus, the policy of student permanence for the "T" population must be a prerogative in the struggle of the entire university community and society in general.

**Keywords:** T Population, Education, Student Permanence, Curriculum.

## 1 INTRODUÇÃO

A garantia do acesso à educação da população da população trans passa não somente pela garantia do Nome Social nas instituições escolares e universitárias, mas, também à Política de Permanência Estudantil nestes locais, e a problematização do tema gênero nos currículos nas graduações e pós-graduações.

Estudo de Prado apud Scote (2016), em pesquisa realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aponta que embora 59,4% das travestis e transexuais que exerciam a prostituição havia finalizado o ensino médio, era pequeno o número das que conseguiam ingressar nas universidades. Os dados apontaram que 6,5% (8) não passaram da 4ª série do ensino fundamental; 25,4% (35) estudaram entre a 5ª à 8ª série do ensino fundamental; 59,4% (82) finalizaram o Ensino Médio. Quanto ao ensino superior: 6,5% (9) declararam tê-lo iniciado sem, no entanto, ter se formado. 0,7% (1) encontrava-se na alfabetização de adultos, no período de aplicação do questionário. Ou seja, 91,3% das entrevistadas não passaram do Ensino Médio.

Embora a temática da reivindicação do acesso à educação nas universidades aparecera com mais intensidade a partir dos anos 2010 no Brasil, também não podemos

nos esquecer de histórias de luta de trans que lutaram, mas que foram inviabilizadas pela história e pela memória como descreveu Silva (2013).

## **2 OBJETIVOS**

No presente estudo, os objetivos são o de reflexionar acerca dos obstáculos no acesso à graduação e pós-graduação, utilizando-se de referenciais teóricos da área, bem como o de resgatar o histórico de documentos oficiais das políticas públicas ou de outros recursos comunitários que incentivam a inserção desse público nas universidades, a intersecção da temática de gênero nos currículos dos cursos e a Política de Permanência Estudantil.

## **3 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de análise documental de documentos oficiais e de autores da área. Según la clasificación de los documentos de Almarcha y otros apud Valles (1999), esos pueden ser agrupados en: a) Documentos literarios: anuarios, memorias, biografías, literatura política, documentos oficiales, archivos, obras literarias en general, publicaciones periódicas, periódicos, revistas, boletines, etc; b) Documentos numéricos: estadísticas, censos, resultados de pesquisas, etc; c) Documentos audiovisuales: discos, fotografías, filmes, etc...

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A seguir descreveremos as Políticas, Relatórios, Programas, Parâmetros Curriculares e atividades do movimento social que ampliou o debate e alargou direitos para a “População T” e público LGBTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais) em geral.

A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN (BRASIL, 2000) avançou em debater a questão da sexualidade na escola, porém trouxe um cunho mais voltado à saúde (conhecimento do corpo, prevenção de HIV/aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis), prevenção de violências de gênero, papel do gênero na mídia e na sociedade, transversalidade do tema nas diversas disciplinas escolares, e pouco trouxe o debate de respeito às diversidades, até porque o documento data do final dos anos 90, onde o debate acerca de gênero, diversidade e tolerância estavam se iniciando.

Conforme Brasil (2013), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais pontua as seguintes recomendações que emanam da

13a Conferência Nacional de Saúde- o desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos escolares que abordem os direitos sociais. Note-se que faz menção somente aos currículos das escolas e não das universidades.

Segundo Brasil (2004), o Programa Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual há a descrição no item V – do Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não- discriminação por orientação sexual - a elaboração de diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual. Também dá como intenção a criação de Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

O Relatório da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial pontua dentre outras propostas a necessidade de inserir as temáticas saúde da população negra, da população indígena, de quilombolas e demais etnias, com recorte de gênero e orientação sexual, no currículo de formação dos profissionais da saúde – medicina, enfermagem e outras – nos níveis técnico e superior. Considera-se ainda prioritária a implementação da Lei 10.639 extensivamente aos conteúdos curriculares nas universidades, de forma a atingir o corpo docente e discente, a partir de mecanismos que instituem a obrigatoriedade da inclusão da temática racial, de direitos humanos e gênero, tanto em disciplinas específicas quanto transversalmente nos diferentes currículos de graduação, extensão e pós-graduação (BRASIL, 2005).

A garantia do nome social para a população LGBTTTT foi viabilizada via Resolução n. 12 de 16 de janeiro de 2015, em Diário Oficial da União, considerando os compromissos assumidos pelo Governo Federal no que concerne à implementação do Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH (2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012). Assim garantiu:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do

nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Art. 2º Deve ser garantido, àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

Art. 3º O campo "nome social" deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares.

Art. 4º Deve ser garantido, em instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Art. 5º Recomenda-se a utilização do nome civil para a emissão de documentos oficiais, garantindo concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

Art. 6º Deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito.

A garantia do nome social faz parte de um conjunto de medidas necessárias para viabilizar a permanência estudantil, porém, é apenas o início do debate de gênero, inclusão e acolhimento dos direitos das pessoas trans dentro das instituições escolares.

Em estudo de Santos (2011) sobre o nome social de trans e travestis em Curitiba, mostra que narrativas de vida explicitam elementos essenciais para se compreender a importância atribuída pelos sujeitos à utilização do nome social nas escolas. Essa importância reaparece diretamente relacionada à permanência desses sujeitos na escola. Poder-se-ia problematizar, a partir dessas narrativas, que a utilização ou não do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares contribui para a ampliação do índice de evasão escolar desse segmento da população.

Ainda segundo Scote (2016), é possível se supor também que uma parcela da população trans tenha se beneficiado das políticas de ampliação do acesso à universidade para a população de baixa renda, criadas em 2007 como o PROUNI1 e SISU2, programa Brasil sem Homofobia e alguns projetos de inserção da população trans, desenvolvidas por Organizações Não Governamentais voltadas à escolarização nos vários níveis, como é o caso da Educa Trans (que oferece curso de alfabetização no município de São Paulo, Coletivo Transformação (SP), Trans Enem (Belo Horizonte e Porto Alegre), Transviando o ENEM (Salvador), e o Prepara, Nem! (Rio de Janeiro), todos esses oferecendo

cursinhos preparatórios específicos para travestis e transexuais para a realização do ENEM.

Conforme Oliveira (2016) é de amplo reconhecimento que a transfobia-preconceito e discriminação que as pessoas trans sofrem é causadora de grandes dificuldades e desafios na vida destas pessoas. Em todos os espaços de convivência, e não seria diferente nas instituições de ensino. Infelizmente, na escola também se aprende e ensina como reproduzir preconceitos e desrespeito às diferenças. O ambiente escolar muitas vezes chega a ser tão hostil aos trans que é frequente a desistência precoce dos estudos. Ainda hoje é tão incomum a cena de uma pessoa trans que concluiu o ensino superior, que quando há a notícia de uma mulher ou homem trans que finaliza uma pós graduação, ganha enorme repercussão e notoriedade, principalmente nos meios de divulgação nas mídias digitais, como as redes sociais.

Segundo Franco & Cicillini apud Santos (2010), que entrevistou seis mulheres e um homem transexual ligados aos movimentos sociais LGBTTTT, a exclusão era um fator recorrente na escola vivenciado pelos sujeitos, contudo, a autora ressaltou que os dados tornaram-se insuficientes para afirmar uma relação causal entre exclusão e abandono da escola. Em parte das narrativas o abandono da escola vinculava-se à questão de recursos financeiros e/ou questões familiares, o que alterou as trajetórias de vida desses sujeitos. Em outros casos, a normalização dos corpos e das vivências como princípios inerentes ao contexto escolar fazia que esse espaço não se constituísse de uma prioridade para os sujeitos trans investigados.

Franco & Cicillini apud Junqueira (2009) pontuam que a condição de sobrevivência no ambiente escolar imposta a pessoas trans antecede a profissão de professor e ressalta que adolescentes e jovens estudantes LGBTTTT são levados/as muitas vezes a desenvolverem rendimentos escolares acima da média com o intuito de amenizarem os processos de exclusão e violência pelos quais são expostos/as no cotidiano escolar expressos em processos de intimidação, assédio, falta de acolhimento e desqualificações variadas.

Peres (2009) em contato com travestis e mulheres trans buscou a vivência das mesmas na época escolar. A maior parte delas vivenciou histórias de preconceito, discriminação e violência. Quando não vivenciavam tanto isso é porque se sobressaíam aos demais nas notas.

De acordo com Barreto et al (2009), evidenciamos que as mudanças não se fazem apenas através da reação ao que está dado, ao “currículo oculto”, mas também pela proposição de novos currículos.

Nos cursos de graduação não há uma obrigatoriedade da inclusão da temática de gênero pelo Ministério da Educação, entretanto os cursos de formação segundo BRASIL (2015), deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Percebemos que a obrigatoriedade existe somente para os cursos de formação docente, assim, as universidades não têm a obrigatoriedade da inclusão do tema de gênero nos currículos, muito menos os cursos de pós-graduação *Latu Sensu* e *Strictu Sensu*.

De acordo com Barreto et al (2009), queremos avançar na reflexão de que a diversidade não se trata de “mais um assunto” jogado nas costas dos/das educadores/as.

Adicionado a todas essas adversidades enfrentadas por essa população, assistimos, conforme Oliveira (2016) ao crescente debate da “ideologia de gênero”, discurso cunhado por correntes conservadoras que optaram denominar assim toda uma produção teórica em gênero e sexualidade, com vasta literatura encadeada à educação, com o intuito da manutenção e reprodução de um pensamento biologizante e religioso quanto às questões e relações de gênero e sexualidade humana.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o levantamento realizado pode-se perceber que a discussão da temática nos currículos das escolas é mais problematizada por documentos do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, porém, com um cunho mais voltado à saúde reprodutiva e não ao acolhimento à diversidade sexual.

Quanto à obrigatoriedade dessa temática nas graduações ou pós-graduações pode-se apreender que essa não existe, a exceção dos cursos de licenciatura em que há essa obrigação, assim, essa inserção ou não nas disciplinas fica a cargo das iniciativas das próprias universidades e faculdades.

Pode-se compreender que há a necessidade de ampliação desse debate nas escolas e comunidade universitária, e a implementação de mecanismos de acompanhamento da inserção dessa temática nesses espaços. A inclusão de um tema tão relevante entre os futuros profissionais não pode ficar ao cargo de iniciativas isoladas.

O Nome Social é parte da garantia ao acesso à educação e permanência, porém, não se finaliza em si mesmo. Dessa forma, a Política de Permanência Estudantil para a População “T” deve ser uma prerrogativa na luta de toda a comunidade universitária e da sociedade de maneira geral.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais- orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em <https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-tema-transversal-orientacao-sexual>

BRASIL. Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final. Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

BARRETO, A; ARAÚJO, L; PEREIRA, M. E (Org). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em <[estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Universo Trans e Educação: construindo uma área de conhecimento. 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis: UFSC, 2015. In Santos, D. B. C. Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós Graduação em Educação, 2010. (Dissertação de Mestrado).

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Universo Trans e Educação: construindo uma área de conhecimento. 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis: UFSC, 2015. In JUNQUEIRA, R.D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo. In: \_\_\_\_\_. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. A experiência escolar e a transexualidade. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 22 Sexualidades, corporalidades e transgressões. Curitiba: 2011. Disponível em [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2184&Itemid=170](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2184&Itemid=170).

SCOTE, Fausto Delphino. Populações Transexuais e Universidade: o desafio da aceitação e efetivação da igualdade de direitos ao acesso no ensino superior. 4. Seminário Internacional de Educação e Sexualidade. 2. Encontro Internacional de Estudos de Gênero. Disponível em [http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467390434\\_ARQUIVO\\_POPULACOESTRANSEXUAISEUNIVERSIDADEODESAFIODAAACEITACAOEEFETIVACAODAIGUALDADEDEDIREITOSAOACESSONOENSINOSUPERIOR.pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467390434_ARQUIVO_POPULACOESTRANSEXUAISEUNIVERSIDADEODESAFIODAAACEITACAOEEFETIVACAODAIGUALDADEDEDIREITOSAOACESSONOENSINOSUPERIOR.pdf)

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Educação é um direito de todos?: breves apontamentos para uma reflexão acerca das demandas da população (trans) para a educação brasileira. Reunião Científica Regional da ANPED- Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba, 2016. Disponível em [http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wpcontent/uploads/2015/11/eixo18\\_ANDR%C3%89-LUCAS-GUERREIRO-OLIVEIRA.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wpcontent/uploads/2015/11/eixo18_ANDR%C3%89-LUCAS-GUERREIRO-OLIVEIRA.pdf)

VALLES, Miguel. Técnicas Cualitativas de Investigación Social- Reflexión metodológica y práctica profesional. 1999